



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA – DAEC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

RUMENIG NASCIMENTO DE BRITO

MAPEAMENTO DO PROGRAMA CRAS DA POPULAÇÃO DA
CIDADE DE BOQUEIRÃO - PB

CAMPINA GRANDE – PB
2014

RUMENIG NASCIMENTO DE BRITO

**MAPEAMENTO DO PROGRAMA CRAS DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE
BOQUEIRÃO - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^a. MSc. Maria Dilma Guedes

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B862m Brito, Rumenig Nascimento de
Mapeamento do programa CRAS da população da cidade de
Boqueirão - PB [manuscrito] / Rumenig Nascimento de Brito. - 2014.
22 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração)
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, 2014.
"Orientação: Profa. Msc. Maria Dilma Guedes, Departamento de
Administração e Economia".

1. Administração Pública. 2. Boqueirão. 3. CRAS. 4. Rede
de Serviços. I. Título.

21. ed. CDD 351

RUMENIG NASCIMENTO DE BRITO

100 (dez)
antiqua

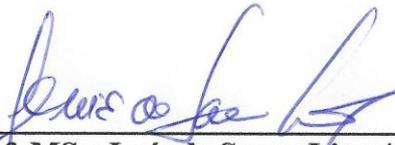
MAPEAMENTO DO PROGRAMA CRAS DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE
BOQUEIRÃO - PB.

Aprovado em: 12 / 03 / 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profª. MSc. Maria Dilma Guedes / UEPB
Orientadora



Prof. MSc. Luis de Sousa Lima / UEPB
Examinador



Profª. Dra. Yêda Silveira Martins Lacerda / UEPB
Examinadora

CAMPINA GRANDE - PB.

MAPEAMENTO DO PROGRAMA CRAS DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE BOQUEIRÃO - PB

BRITO, Rumenig Nascimento de¹
GUEDES, Maria Dilma²

RESUMO

Sabe-se que a administração pública é composta por agentes e serviços financiados pelo Estado, com o objetivo de assegurar e regulamentar as normas sobre o que é público para melhor atingir as necessidades da sociedade, priorizando sempre o bem-estar da sociedade. O maior desafio que se coloca nesta área é como modificar estruturas hierárquicas e burocráticas que tendem a se acomodar em um processo de isolamento para transformar em organizações flexíveis e empreendedoras. O CRAS trabalha com as famílias, fazendo primeiramente o acolhimento, atendimento e acompanhamento através de visitas domiciliares, prestando atendimento socioassistencial, articulando serviços disponíveis em cada localidade, potencializando, coordenando e organizando a rede de serviços. Diante do exposto o presente estudo teve como objetivo analisar o mapeamento do programa CRAS da população de Boqueirão-PB. Caracteriza-se como estudo de caso, acompanhado de pesquisas exploratória, descritiva, bibliográfica, de campo, quantitativa e qualitativa. A população pesquisada foi escolhida por critério de acessibilidade, envolvendo uma amostra de 10%, em um universo de 580 famílias cadastradas no programa. O instrumento de pesquisa foi um questionário, estruturado através de 22 questões distribuídas em 06 dimensões, quais sejam: Dados pessoais; Forma de ingresso na unidade; Condições educacionais da família; Condições de trabalho e rendimentos da família; Condições de saúde da família; e Convivência familiar e comunitária. É válido informar que para mensurar as quatro últimas dimensões foram utilizadas questões dicotômicas através de duas categorias (sim ou não). Nos resultados, a maioria dos pesquisados disse sim, para as dimensões abordadas. Entretanto, pode-se perceber importantes quesitos que dizem respeito aos pontos positivos e negativos sobre as famílias que fazem parte do programa CRAS no município de Boqueirão-PB e são submetidas a conviver diariamente em sua comunidade.

Palavra-Chave: Administração Pública. Boqueirão. CRAS. Rede de Serviços.

ABSTRACT

We know that the government is composed of agents and services funded by the State, in order to ensure and regulate the standards of what is public to better meet the needs of society, always prioritizing the welfare of society. The biggest challenge for this area is how to modify hierarchical and bureaucratic structures that tend to settle into a process of isolation to become flexible and entrepreneurial organizations. The CRAS works with families, primarily by making the reception, care and monitoring through home visits, providing social assistance service, linking services available at each location, enhancing, organizing and coordinating the network of services. Given the above the present study aimed to analyze the mapping of the CRAS program population Boqueirao-PB. It is characterized as a case study, followed by exploratory, descriptive and bibliographic research, field, quantitative and qualitative. The population studied was chosen by criteria of accessibility, involving a sample of 10 %, in a universe of 580 families enrolled in the program. The research instrument was a structured questionnaire was distributed through 22 questions in 06 dimensions, namely: personal data; Method of entry into the unit; educational conditions of the family, working conditions and family income, family health conditions, and family and community life. Report that is valid to measure the last four dimensions dichotomous questions were used by two categories (yes or no). In the results, the majority of respondents said yes, for the dimensions addressed. However, one can realize significant issues that relate to positive and negative about the families who are part of the CRAS program in the city of Boqueirao - PB and are subjected daily to live in your community points.

Keyword: Public Administration. Boqueirão. CRAS. Network Services.

¹ Graduando em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <rumenig.pb@gmail.com>

² Professora orientadora. Mestra em Administração pela UFPB. E-mail: <dilma.guedes@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

Os termos Estados, Governo e Administração são facilmente confundidos, mesmo entre as pessoas que atuam no meio público, no entanto a diferença é explícita quando se observa algumas características. O Estado desempenha seu poder através do Governo, porém o Estado é permanente, é um ente moral e intangível, enquanto o Governo ele é transitório, um ente real e tangível. A administração surge como um instrumento facilitador para melhor exercer o poder sobre a coisa pública.

A administração pública é um conjunto de agentes e serviços financiados pelo Estado, com a finalidade de assegurar e regulamentar as normas sobre o que é público para melhor atingir as necessidades da sociedade, priorizando sempre o bem-estar social (PEREIRA, 1998). A gestão da coisa pública vem a partir desde conceito, sendo fortalecido pelos poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, que assumem a função de controlar o Estado para exercer seu papel sobre a sociedade não abusando do poder.

A sociedade deve está segura diante do poder exercido pelo Estado através do Governo, através da utilização da democracia criando assim uma qualidade de vida para população. O Governo utiliza programas sociais para envolver a população, em busca de qualidade de vida, programas que qualifiquem, eduquem, motivem a população a trabalharem não apenas por interesses pessoais, mais por interesses coletivos o que acaba fortalecendo o próprio poder e a democracia de certa forma. Em busca de uma construção de uma base teórica para abordar o tema foram selecionados alguns autores dentre eles: Anderson (1995), Lastres (1999), Coelho (2009), Assistência Social (2013) e Governo Federal (2013).

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é um programa do Governo Federal que busca possibilitar qualidade de vida para as famílias envolvidas. Considerado como o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social (GOVERNO FEDERAL, 2013).

Boqueirão, cidade do interior paraibano, foi fundada por volta de 1664/65, por Antônio de Oliveira Lêdo. É uma cidade localizada na Região Metropolitana de Campina Grande, estado da Paraíba. Sua população em 2010 foi estimada pelo IBGE em 16.888 habitantes, distribuídos em 371,984 km² de área. A cidade de Boqueirão se destaca por ter o açude Presidente Epitácio Pessoa em seu território, este que é popularmente conhecido como o açude de Boqueirão. O Açude de Boqueirão é responsável pelo abastecimento de água em Campina Grande-PB e grande parte das cidades que compõem a região metropolitana de

Campina Grande-PB. A economia local é movida pela agricultura com o plantio de frutas e verduras, por micro e pequenos empresários que investem na fabricação de redes, tapetes e confecção de jeans. Contudo, existe uma carência de investimentos em ações que ajudem no aumento de empregos para os cidadãos boqueirãoenses, o que os deixam dependentes de programas sociais governamentais e aposentadorias de familiares.

Face ao exposto, o presente estudo está baseado na seguinte problemática: Qual o mapeamento do programa CRAS da população de Boqueirão-PB?

Assim, o objetivo primordial deste artigo é analisar o mapeamento do programa CRAS da população de Boqueirão-PB.

Considerando que o CRAS é um programa do Governo Federal que vem primando pela qualidade de vida para as famílias envolvidas, constituindo-se, portanto, num instrumento, que vem prestando serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Justifica-se a relevância do tema.

O presente estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: Resumo, Introdução, Revisão da Literatura, Metodologia, Análise dos Dados; Considerações Finais e Referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo o texto “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek, escrito em 1944, a polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão pouco maior argumentava junto aos seus companheiros que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos (ANDERSON, 1995). Países como a França, o Chile e Israel são constituídos por um Estado unitário, onde o poder exercido pelo Estado é por interesses político-administrativos nacionais e as autoridades locais não tem autonomia normativa, o que aconteceu no Brasil durante a ditadura militar, em 1964.

No Brasil, Rússia, Canadá e em outras federações, o poder do Estado e suas funções legislativa, executiva e judiciária são exercidos de forma compartilhada pela União e pelos estados federados, na constituição de 1988, em particular, colocou os municípios e o Distrito Federal à categoria de membros da Federação, surgindo assim uma federação *suigeneris* composta por três entes federativos: o federal, o estadual e o municipal (COELHO, 2009).

O Governo subdividido em atividades executivas, legislativas e judiciárias, desempenha em sentido formal os três poderes, definidos da seguinte forma: a legislativa estabelece regras gerais e abstratas, denominadas leis; as duas outras aplicam as leis ao caso concreto: a função jurisdicional, mediante solução de conflitos de interesses e aplicação coativa da lei, quando as partes não o façam espontaneamente; a função executiva, mediante atos concretos voltados para a realização dos fins estatais, de satisfação das necessidades coletivas (DI PIETRO, 2007).

Independente da forma assumida pelo Estado seja ela unitária ou federativa, o poder Executivo vai exercer um papel predominante em relação aos outros poderes. Coelho (2009) enfatiza que o Poder Executivo sempre foi predominante, exorbita as suas funções e exerce um poder de maneira opressiva sobre os cidadãos.

A segunda metade do século XX é marcada como o início da era da informação e do conhecimento (LASTRES, 1999), caracterizadas com o surgimento de novas tecnologias, com transformações sociais e econômicas que a partir daquele momento estariam criando novos padrões de como gerir as organizações tanto públicas quanto privadas.

O maior desafio que se coloca para a administração pública é como modificar estruturas hierárquicas e burocráticas que tendem a se acomodar em um processo de isolamento para transformar em organizações flexíveis e empreendedoras. Tal processo implica na adoção, pelas organizações públicas, de padrões de gestão desenvolvidos para o ambiente das empresas privadas, com as adaptações necessárias à natureza do setor público (FERLIE et al, 1996; PEREIRA & SPINK, 1998).

Nos anos 70 ocorre uma reforma na administração pública, quando iniciou-se a crise do Estado, e conseqüentemente levou a crise da burocracia. Nos anos de 1980 inicia-se uma grande revolução na administração pública dos países centrais em direção a uma administração pública gerencial (PEREIRA, 1996).

Aos poucos foram delineando-se os contornos da nova administração pública, segundo (PEREIRA, 1996): (1) descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais; (2) descentralização administrativa, através da delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos; (3) organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal; (4) pressuposto da confiança limitada e não da desconfiança total; (5) controle por resultados, a posteriori, ao invés do controle rígido, passo a passo, dos processos administrativos; e (6) administração voltada para o atendimento do cidadão, ao invés de autorreferida.

A inovação na administração pública estar relacionada na busca por uma eficiência e na qualidade na prestação dos serviços públicos é necessário a ruptura dos modelos tradicionais existentes de administrar os recursos públicos a partir da introdução de uma nova gestão. O Governo tem visto como estratégia a introdução dessa nova gestão através de programas sociais, que tem como base a qualidade de vida e que envolve a população.

A administração pública é conceituada de acordo com dois sentidos, o objetivo (também chamado material ou funcional) e o subjetivo (também chamado formal ou orgânico).

Em sentido objetivo é identificada como a responsável pelo gerenciamento e execução dos serviços de interesse coletivo.

Assim, Carvalho Filho (2012, p. 11) define que:

O verbo **administrar** indica **gerir, zelar**, enfim uma ação dinâmica de supervisão. O adjetivo **pública** pode significar não só algo ligado ao Poder Público, como também a coletividade ou ao público em geral. O sentido objetivo, pois, da expressão – que aqui deve ser grafada com iniciais minúsculas – deve consistir na própria atividade administrativa exercida pelo Estado por seus órgãos e agentes, caracterizando, enfim, a função administrativa.

Desta forma, a administração pública envolve atividades de fomento, de intervenção, o poder de polícia e o serviço público.

O sentido subjetivo, Carvalho Filho (2012 p. 11), define como:

[...] o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas. Toma-se aqui em consideração o sujeito da função administrativa, ou seja, quem a exerce de fato. Para diferenciar este sentido da noção anterior, deve a expressão conter as iniciais maiúsculas: Administração Pública.

De acordo com o sentido subjetivo, a Administração Pública pode ser direta ou centralizada e indireta ou descentralizada.

Ainda, segundo Carvalho Filho (2012, p. 449), a administração direta representa:

O conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado. Em outras palavras, significa que 'a Administração Pública é, ao mesmo tempo, a titular e a executora do serviço público'.

A administração indireta, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967, compreende a categorias de entidades (Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e fundações públicas), dotadas de personalidade jurídica própria.

Carvalho Filho (2012, p. 453) define que a “Administração Indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada”.

Contudo, independente do tipo de administração, as atividades desenvolvidas pelos mesmos devem obedecer aos cinco princípios da administração pública (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) que estão contidos no Art. 37 da Constituição Federal Brasileira.

2.2 O GOVERNO E A QUALIDADE DE VIDA DO POVO

O Governo diferente do Estado é transitório, vive em constantes mudanças, justamente para que o poder não se torne autoritarismo, como infelizmente acontece em alguns países ainda. O Governo precisa promover alguns serviços à população, de caráter estatal, quando o financiamento é feito pelo Estado e serviços não estatal que não são financiados pelo Estado, não totalmente, mas traz um ganho para a sociedade, existem também os serviços de empresas sem fins lucrativos, que através das suas praticas agregam valor a população.

A criação de órgãos que formulem políticas de desenvolvimento das regiões pouco desenvolvidas ou com problemas estruturais, através das potencialidades regionais e por políticas que sejam feitas para a própria região, pois cada região tem sua peculiaridade. Nos anos 2000 foi tomado como um dos eixos estratégicos do governo o enfrentamento da miséria e da desigualdade social, através de uma política redistributiva pautadas na recuperação do salário mínimo e na forte ampliação dos gastos sociais destinados a seguridade social e às transferências de renda para as famílias mais carentes (IPEA, 2010).

Em 2005, o governo federal adotou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) pautada na prioridade efetiva do tema e sendo implantada para que se possam obter resultados efetivos na questão regional. A PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa nesse país de dimensões continentais, principal instrumento de combate às desigualdades regionais no país atualmente.

A procura de uma qualidade de vida da população tem se tornado uma base para o Governo e sua gestão, em busca de bem-estar coletivo para fortalecimento do Estado como um todo. A população tem uma relação com o Estado de mão dupla, uma de dever de está de baixo das leis para um bem coletivo, garantindo assim os seus direitos e nos pagamentos de

seus impostos dando o direito a cobrança em uma melhor educação, saúde, infraestrutura nas cidades, etc.

Programas de educação e de gestão das relações de trabalho é uma estratégia de abordagem de competência na sociedade. Pode-se conceituar a aplicação de competência na educação e no trabalho, segundo seus defensores, pela necessidade de buscar novas alternativas que permitam estimular as capacidades de inovação, adaptação e aprendizagem, adequadas aos requisitos do desenvolvimento econômico contemporâneo, devido ao fato do aceleramento no avanço tecnológico e a exigência de desenvolver a produtividade (ARGÜELLES, 1999).

Segundo Guimarães 2000, pode-se dizer que a abordagem de competência, de forma resumida, pressupõe que:

- os programas de educação, especialmente os destinados à formação profissional, capacitem as pessoas segundo as exigências do mercado; e
- as organizações, para se tornarem competitivas, tenham como foco, tanto em seus processos produtivos quanto nas relações com seus recursos humanos, as competências essenciais ao seu negócio.

De acordo com Herculano (2000, p. 22) a avaliação/mensuração sobre a qualidade de vida de uma população vem sendo proposta de duas formas:

- 1) em primeiro lugar, examinando-se os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades. Por exemplo, podemos analisar as condições de saúde pela quantidade de leitos hospitalares e número de médicos disponíveis, ou o grau de instrução pelo número de escolas, jornais publicados, níveis de escolaridade atingidos, etc; podemos avaliar as condições ambientais pela potabilidade da água, coliformes e partículas de substâncias nocivas em suspensão, pela emissão aérea de poluentes, pela quantidade de domicílios conectados às redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, pela dimensão per capita de áreas verdes e espaços abertos urbanos disponíveis para amenizar a paisagem cinza do concreto e asfalto urbanos.
- 2) Uma segunda forma de estimar a qualidade de vida é avaliar as necessidades, através dos graus de satisfação e dos patamares desejados. Podemos, assim, tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados (SCANLON, in: NUSBAUM & SEN, 1995, p. 185); ou a partir de um julgamento que se propõe substantivo, feito pelo próprio pesquisador, sobre o que tornaria a vida melhor. Em todos eles, devemos levar em conta que a definição do que é qualidade de vida variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas. Dado ao efeito-demonstração, a diferença entre o que temos e o que queremos tende a existir sempre. A história registra exemplos de governos e nações que buscaram escapar deste efeito fechando fronteiras, impondo e contendo padrões culturais, em fórmulas ditatoriais que se revelaram causadora de infelicidades pela desconsideração dos direitos individuais e pela imposição de limites e de padrões às individualidades. Querereá isto significar que o tema é impossível? (HERCULANO, 2000).

2.3 PROGRAMA CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Baseada na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Política Nacional de Assistência Social, teve a iniciativa de elaborar um novo modelo de gestão denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O modelo assegurava que as ações no âmbito da Assistência Social tenham foco nas famílias para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos que garantam a convivência familiar e comunitária (ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2013).

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS são unidades localizadas em áreas de vulnerabilidade social, implementada em 2005 para atender a comunidade das cidades que tem o programa. O CRAS é responsável pelo atendimento de até 1.000 famílias/ano em cada território de 5.000 famílias de sua área de alcance. O CRAS trabalha com as famílias, fazendo primeiramente o acolhimento, atendimento e acompanhamento através de visitas domiciliares, prestando atendimento sociassistencial, articulando serviços disponíveis em cada localidade, potencializando, coordenando e organizando a rede de serviços.

Dentro do CRAS conta-se com diversos programas sociais, principalmente dentro da política de transferência de renda, que beneficiam as famílias envolvidas, dentre os programas temos: Bolsa Família (Governo Federal), Benefício de Prestação Continuada – BPC (Governo Federal), Renda Cidadã (Governo Estadual) e Ação Jovem – (Governo Estadual) (ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2013).

3 METODOLOGIA

Para elaboração do trabalho, tomou-se como base a classificação de Vergara (2011), que diz que a pesquisa pode ser:

- **Quanto aos fins:**
 - **Descritiva**, que “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza.” (VERGARA 2011, p. 47). No caso, foi feita uma descrição do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, objeto de estudo.
 - **Exploratória**, “permite ao pesquisador reunir elementos capazes de subsidiar a escolha do objeto e a definição do tema, além das justificativas teóricas do mesmo” (TACHIZAWA; MENDES, 2006, p. 61). Neste contexto, foi feito um

levantamento que contribuiu para um maior conhecimento da área e tema escolhidos para estudo.

- **Quanto aos meios:**

- **Pesquisa de campo**, considerando que foi “[...] realizada no local onde ocorreu ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-los. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (VERGARA, 2011, p. 47-48). No caso foi aplicado um questionário com uma amostra das famílias cadastradas.
- **Bibliográfica**, “é um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2012, p. 48). Logo, levou-se em conta a visão de vários estudiosos que embasaram a Revisão da Literatura deste artigo.
- **Estudo de caso**, considerando que “deve ser desenvolvido a partir da análise de uma determinada organização” (TACHIZAWA; MENDES, 2006, p. 61). Assim, este trabalho científico é a representação de um estudo de caso realizado a partir da análise do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, na percepção das famílias beneficiadas.

Foram utilizadas ainda, pesquisas quantitativa e qualitativa, entendidas como sendo: **Quantitativa** “A pesquisa quantitativa buscará uma análise quantitativa das relações de consumo, respondendo a questão ‘Quanto?’ para cada objetivo de projeto de pesquisa” (SAMARA; BARROS, 2002, p. 30). Enquanto que, **Qualitativa** “Preocupa-se com a interpretação do fenômeno considerando o significado que os outros dão as práticas” [...] (GONSALVES, 2001, p. 68). Neste contexto, os resultados da pesquisa de campo foram apresentados através de gráficos e também foi feita uma análise qualitativa.

Como forma de buscar atender ao objetivo da pesquisa, foi selecionada uma amostra de 10% dos participantes do programa no município de Boqueirão, em um universo de 580 cidadãos envolvidos. Logo, foram pesquisadas 58 famílias cadastradas.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário com 22 questões fechadas, que foram agrupadas através de seis dimensões, a saber:

1. Dados pessoais
2. Forma de ingresso na unidade;
3. Condições educacionais da família;
4. Condições de trabalho e rendimentos da família;

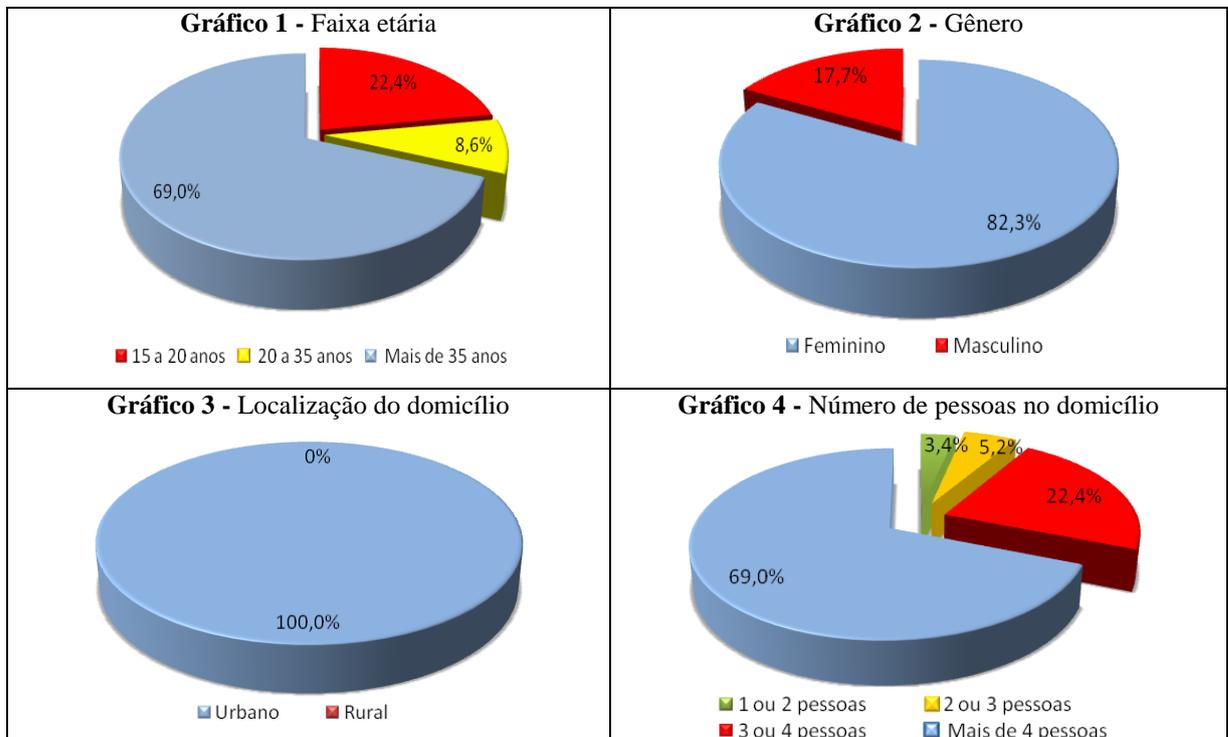
5. Condições de saúde da família
6. Convivência familiar e comunitária.

Os dados foram coletados pelas assistentes sociais no período de dezembro de 2013. Após a coleta, dos dados foram tabulados, considerando as frequências e percentuais, expostos através de gráficos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 DADOS PESSOAIS

Para esta dimensão, foram levadas em consideração quatro variáveis, expostas nos Gráficos de 1 a 4.



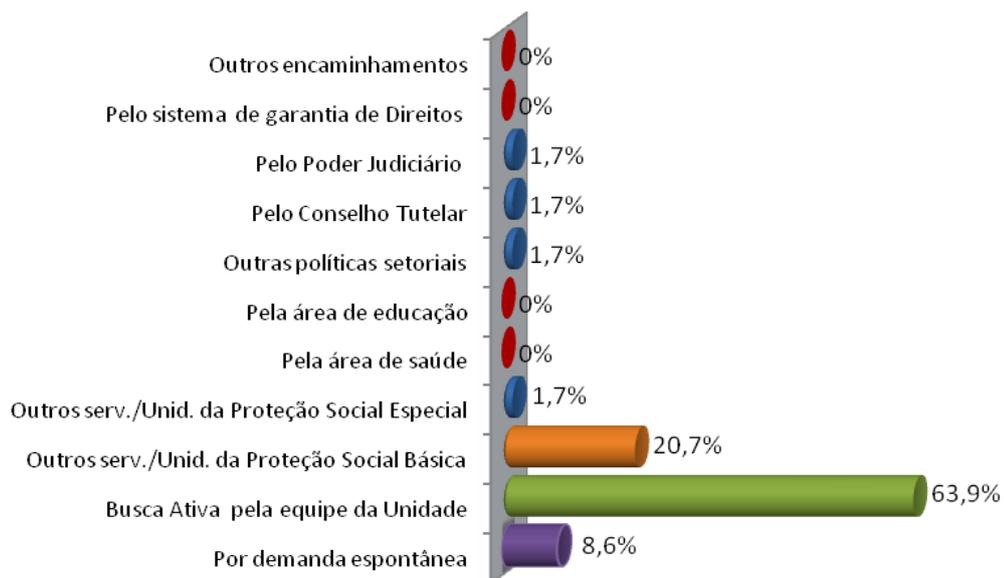
Fonte: Pesquisa direta, dez./2013.

Observando-se o Gráfico 1, vê-se a maioria encontra-se na faixa etária “Mais de 35 anos”; Já no Gráfico 2, percebe-se que a maioria informou ser do gênero feminino. Quanto ao Gráfico 3, verifica-se que por unanimidade os pesquisados residem na zona urbana e por último, o Gráfico 4, diz que a maioria, 69,0% informou que no domicílio existem mais de 4 pessoas. Assim, em todas as questões, obteve-se maioria.

4.2 FORMAS DE INGRESSO NA UNIDADE

O Gráfico 5, apresenta várias formas de ingresso a Unidades, entretanto, vê-se que a maioria, 63,9%, informou “Busca ativa pela equipe da Unidade; seguida de 20,7% que disseram “Outros serviços/Unidades da Proteção Social Básica”; 8,6% , disseram “Por demanda espontânea”. Enquanto que um percentual irrisório, 1,7% indicaram quatro formas de ingresso; não havendo indicação em outros quatro. Nos anos 2000 foi tomado como um dos eixos estratégicos do governo o enfrentamento da miséria e da desigualdade social, através de uma política redistributiva pautadas na recuperação do salário mínimo e na forte ampliação dos gastos sociais destinados a seguridade social e às transferências de renda para as famílias mais carentes (IPEA, 2010).

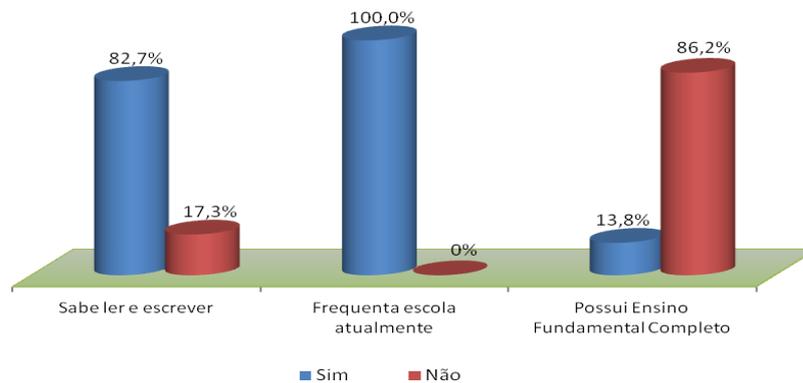
Gráfico 5 - Formas de acesso à unidade para o primeiro atendimento



Fonte: Pesquisa direta, dez./2013.

4.3 CONDIÇÕES EDUCACIONAIS DA FAMÍLIA

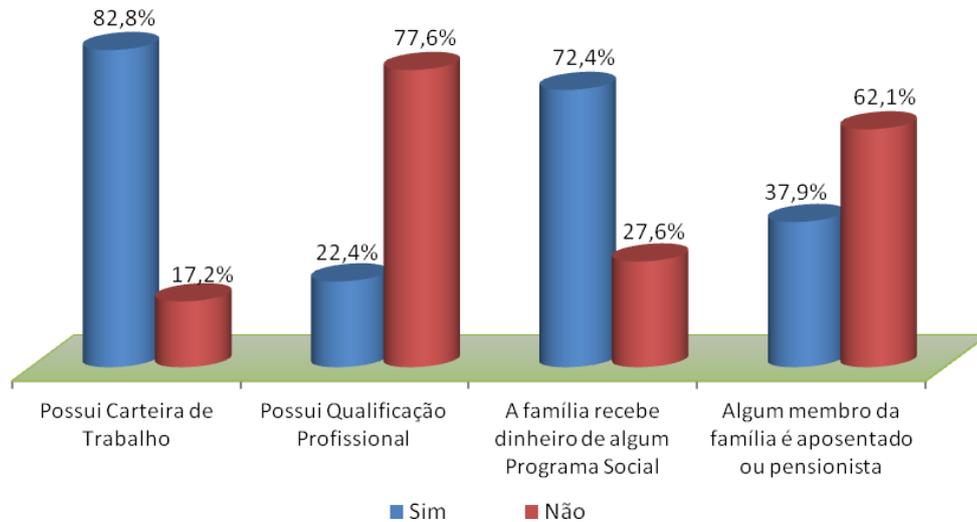
O Gráfico 6 mostra as condições educacionais da família. Entretanto, verificou-se que a maioria, 82,7%, informou que sabe ler e escrever; seguida de, 17,3% que disseram não saber ler nem escrever; vê-se que por um percentual unânime, 100% dos entrevistados, todos frequentam escola atualmente; todavia, um percentual mais elevado, 86,2% retrata que a população não possui ensino fundamental completo, contra apenas, 13,8%, que possuem ensino Fundamental completo.

Gráfico 6 - Condições educacionais da família

Fonte: Pesquisa direta, dez./2013.

4.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDIMENTOS DA FAMÍLIA

O Gráfico 7 mostra que a primeira variável, trata da questão “Possui carteira de trabalho”, dos 100% das pessoas pesquisadas, um percentual mais elevado, e que chegou a ser maioria, 82,8% informou ter carteira de trabalho; e que apenas 17,2% informaram que não possuem carteira de trabalho. Na segunda variável analisada, trata da questão “Possui qualificação profissional”, dos 100% dos sujeitos da pesquisa, um percentual de apenas 22,4% possui qualificação profissional, seguido por uma grande maioria de 77,6% que afirmou não possuir qualificação profissional. Na terceira variável, descreve se “a família recebe dinheiro de algum programa social”, dos 100% das pessoas envolvidas na pesquisa, um percentual mais elevado, e que chegou a ser maioria, 72,4% nos afirma que a família recebe dinheiro de algum programa social, e apenas 27,6% afirmaram não receber dinheiro de programas sociais do governo. A quarta variável: “algum membro da família é aposentado ou pensionista”, mostra que dos 100% dos entrevistados, um menor percentual, e que chegou a ser minoria, 37,9% de que há algum membro da família aposentado ou pensionista da previdência social, seguido pela maioria 62,1% que afirmou não ter algum membro da família aposentado ou pensionista da previdência social. Diante dos resultados, nota-se que a maioria tem carteira de trabalho, poucos têm alguma qualificação profissional, e que a maioria recebe dinheiro de programas sociais governamentais e que a maioria das famílias tem aposentados ou pensionistas. Isto mostra que existe um problema de qualificação profissional, e que este gera o desemprego e em seguida vem o assistencialismo que é muito praticado pelos governos atuais, até ai tudo bem, acontece que está ocorrendo muita ociosidade perante a população por conta destes benefícios quando somados aos pensionistas ou aposentados que muitas famílias possuem.

Gráfico 7 - Condições de trabalho e rendimentos da família

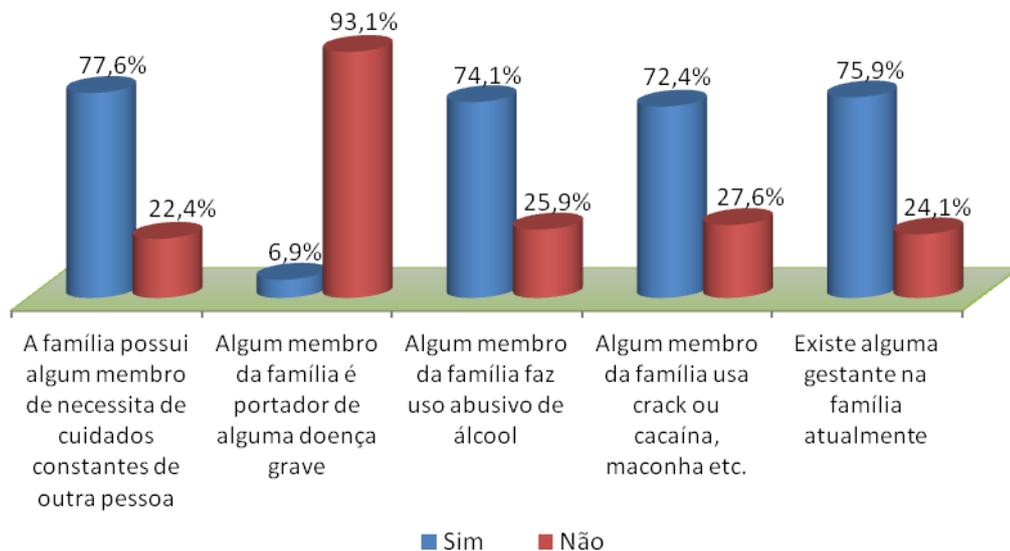
Fonte: Dados primários, pesquisa direta, dez./2013.

4.5 CONDIÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

O Gráfico 8 mostra que na primeira variável vê-se “a família possui algum integrante que, devido ao envelhecimento ou à doença, necessite de cuidados constantes de outra pessoa para realizar atividades básicas, tais como, tomar banho, alimentar-se, ficar só em casa, etc.”, dos 100% dos pesquisados um percentual mais elevado, e que chegou a ser maioria, 77,6% informou que a família possui algum integrante que, devido ao envelhecimento ou à doença, necessite de cuidados constantes de outra pessoa para realizar atividades básicas, tais como, tomar banho, alimentar-se, ficar só em casa, etc.; e que apenas 22,4% informaram que não possuem entre os integrantes da família alguém que necessite destes cuidados. Na segunda variável, “algum membro da família é portador de alguma doença grave”, dos 100% das pessoas pesquisadas, um percentual de apenas 6,9% respondeu que algum dos integrantes da família é portador de alguma doença grave, um percentual mais elevado e de grande maioria respondeu que, 93,1% não padece de alguma doença grave. Na terceira variável analisada, trata-se “algum membro da família faz uso abusivo de álcool”, dos 100% das pessoas pesquisadas, um grande e maior percentual de 74,1% responde que algum membro da família faz uso abusivo de álcool, apenas 25,9% negam ter algum membro da família abusando do álcool. Na quarta variável, que se reporta a: “algum membro da família faz uso abusivo de crack ou outras drogas (cocaína, maconha, etc.)”, dos 100% pesquisados, um percentual mais elevado, que chega a ser maioria, 72,4% afirmou que algum membro da família faz uso abusivo de crack ou outras drogas (cocaína, maconha, etc.), 27,6% informaram que não

possuem nenhum membro da família utilizando drogas como estas. Na quinta variável analisada no gráfico, mostra se “existe alguma gestante na família atualmente”, dos 100% entrevistados, 75,9% afirmaram que atualmente existe alguma gestante na família, e 24,1% por minoria que não existe nenhuma gestante na família atualmente. Percebe-se que a maioria tem alguém que necessita de cuidados devido à idade, também nos mostra que grande parte relata ter membros da família envolvidos com drogas lícitas e ilícitas, por ultimo um alarmante índice de maternidades indesejadas.

Gráfico 8 - Condições de saúde da família



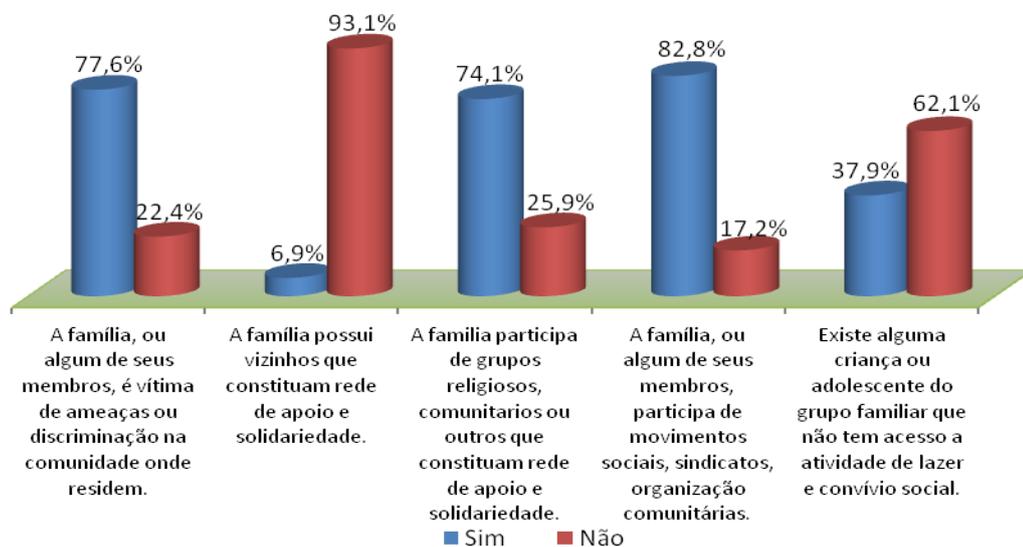
Fonte: Pesquisa direta, dez./2013.

4.6 CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O Gráfico 9 indica na primeira variável, trata “a família, ou algum de seus membros, é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside”, dos 100% dos familiares pesquisados, um percentual elevado, que chegou a ser maioria, 77,6% afirmou que a família ou algum de seus membros, é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside. E que um percentual menos elevado, que chegou a ser minoria, 22,4% informou que não sofrem ameaças nem tampouco preconceitos ou discriminações. Na segunda variável, “a família possui vizinhos que constituam rede de apoio e solidariedade”, dos 100% dos familiares entrevistados, apenas, 6,9% nos informaram possuir vizinhos que constituam rede de apoio e solidariedade, e um percentual elevado, 93,1% informou não ter vizinhos que constituam rede de apoio e solidariedade. A terceira variável analisada mostra: “a família ou

algum de seus membros, participa de grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições que constituam rede de apoio e solidariedade”. Então, dos 100% dos familiares entrevistados, 74,1% afirmam que a família, ou algum de seus membros, participa de grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições que constituem rede de apoio e solidariedade, e 25,9% negam que algum familiar participe de algum grupo religioso, comunitário ou outros. A quarta variável, questiona: trata “a família, ou algum de seus membros, participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos”, de 100% dos familiares pesquisados, a maioria, 82,8% afirmou que a família, ou algum de seus membros, participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para a organização política e defesa de interesses coletivos, e que apenas, 17,2% não participam. A quinta variável analisada no gráfico, diz: “existe alguma criança ou adolescente do grupo familiar que não tem acesso à atividade de lazer, recreação e convívio social”. Conforme 100% dos pesquisados, 37,9% afirmaram que existe alguma criança ou adolescente do grupo familiar que não tem acesso à atividade de lazer, recreação e convívio social, e o maior percentual, 62,1% afirmou que não tem nenhuma criança ou adolescente do grupo familiar com acesso a atividades de lazer, recreação e convívio social. Percebe-se que existem muita discriminação e ameaças em sua comunidade, mas por outro lado, que existe uma forte presença de grupos religiosos e comunitários que apoia e ajuda esta população, com isso vemos no outro ponto o forte interesse coletivo.

Gráfico 9 - Convivência familiar e comunitária



Fonte: Pesquisa direta, dez./2013.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou mapear o programa CRAS, que tem como objetivo assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham foco nas famílias para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos que garantam a convivência familiar e comunitária, no caso da população de Boqueirão-PB; e através de alguns questionamentos à população envolvida destacaram-se algumas dimensões, a saber:

- **Dados pessoais:** Verificou-se que a maioria encontra-se na faixa etária “mais de 35 anos”; é do gênero feminino; que existem mais de 04 pessoas por domicílio; e por unanimidade os pesquisados residem na zona urbana.
- **Formas de ingresso na unidade:** das várias formas indicadas, a maioria informou ser através da “Busca ativa pela equipe da Unidade; seguida de “Outros serviços/Unidades da Proteção Social Básica”; e “Por demanda espontânea”.
- **Condições educacionais da família:** verificou-se que a maioria, sabe ler e escrever; vê-se que por unanimidade, todos frequentam escola atualmente; todavia, um percentual mais elevado retrata que a população não possui ensino fundamental completo.
- **Condições de trabalho e rendimentos da família:** a maioria informou ter carteira de trabalho; e apenas uma minoria informou que não possui carteira de trabalho. Outro percentual relevante, ou seja, maioria afirmou não possuir nenhuma qualificação profissional, e a minoria disse possuir qualificação profissional.
- **Condições de saúde da família:** a maioria disse que a família possui algum integrante que, devido ao envelhecimento ou à doença, necessite de cuidados constantes de outra pessoa para realizar atividades básicas, tais como, tomar banho, alimentar-se, ficar só em casa, etc.; e que apenas uma minoria informou que não possui entre os integrantes da família alguém que necessite destes cuidados, o que demonstra a relevância do programa CRAS na comunidade, contribuindo para atividades básicas necessárias para a saúde da população.
- **Convivência familiar e comunitária:** observou-se um percentual mais elevado, com maioria, que convive com ameaças ou discriminação na comunidade onde reside; vê-se que, não dispõe de rede de apoio solidário, ou crianças de atividades de lazer; e que a existência de grupos religiosos e organizações comunitárias é muito forte.

Contudo, o presente trabalho através dos questionamentos mapeou uma população precária no município, mas através dos programas desenvolvidos pelo governo tem incentivado para o crescimento e desenvolvimento de determinada comunidade envolvida. Infelizmente, tais programas como exemplo do CRAS ainda não é a “solução dos problemas” da população mais é um primeiro passo que pode conduzir a outros.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, PP 09-23;
- ARGÜELLES, A. (org.). **Competencia laboral y educación basada en normas de competencia**. Ciudad de México, Limusa, Noriega, 1999;
- ASSISTÊNCIA SOCIAL, Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.net/site/?p=pagina&id=12>> Acesso em: 05 jul. 2013.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- COELHO, R.C. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2009.
- FERLIE, E.; Ashburner, L.; Fitzgerald, L. & Pettigrew, A. **The new public management in action**. Oxford, Oxford University Press, 1996;
- GONSALVES, Elisa Pereira, **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001
- GOVERNO FEDERAL, Disponível em: <<http://semasdh.manaus.am.gov.br/cras/>> Acesso em: 05 jul. 2013;
- GUIMARÃOS, T. A. **A nova administração pública e a abordagem da competência**. Rio de Janeiro, 2000;
- HERCULANO, Selene C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Capítulo do livro: Em busca da boa sociedade, Niterói: EDUFF, 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 10)**. Brasília, 2010.145 p.

LASTRES, H. M. M. **Informação e conhecimento na nova ordem mundial**. Ciência da Informação, 28(1), 1999;

PALUDO, A.V **Administração pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010;

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Público, Brasília, p.01-14, maio 1996;

_____ & Spink, P. K. (orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro, FGV, 1998;

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. **Como fazer monografia na prática**. 12. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ANEXO A



QUESTIONÁRIO

Como forma de buscar atender ao objetivo da presente pesquisa de analisar o impacto do programa CRAS na qualidade de vida da população do município de Boqueirão-PB, peço que responda o presente questionário:

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Faixa Etária:

- 15 a 20 anos
- 20 a 35 anos
- Mais de 35 anos

1.2 Sexo

- Feminino
- Masculino

1.3 Localização do domicílio

- Urbano
- Rural

1.4 Quantas pessoas residem na sua moradia:

- 1 ou 2 pessoas
- 2 ou 3 pessoas
- 3 ou 4 pessoas
- Mais de 4 pessoas

2. FORMA DE INGRESSO NA UNIDADE

2.1 De que forma a família (ou membro da família) acessou a unidade para o primeiro atendimento?

- Por demanda espontânea
- Em decorrência de Busca Ativa realizada pela equipe da unidade
- Em decorrência de encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção social Básica
- Em decorrência de encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção social Especial
- Em decorrência de encaminhamento realizado pela área de saúde
- Em decorrência de encaminhamento realizado pela área de educação
- Em decorrência de encaminhamento realizado outras políticas setoriais
- Em decorrência de encaminhamento realizado pelo conselho tutelar
- Em decorrência de encaminhamento realizado pelo poder judiciário
- Em decorrência de encaminhamento realizado pelo sistema de garantia de Direitos (defensoria publica, Ministério público, delegacias)
- Outros encaminhamentos.

3. CONDIÇÕES EDUCACIONAIS DA FAMÍLIA

3.1 Sabe ler e escrever?

- sim não

3.2 Frequenta escola atualmente?

- sim não

3.3 Atualmente possui:

- Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDIMENTOS DA FAMÍLIA

- 4.1 Possui carteira de trabalho?
 sim não
- 4.2 Possui qualificação profissional?
 sim não
- 4.3 A família recebe dinheiro de algum Programa Social?
 sim não
- 4.4 Algum membro da família é aposentado ou pensionista?
 sim não

5. CONDIÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

- 5.1 A família possui algum integrante que, devido ao envelhecimento ou à doença, necessite de cuidados constantes de outra pessoa para realizar atividades básicas, tais como, tomar banho, alimentar-se, ficar só em casa, etc?
 sim não
- 5.2 Algum membro da família é portador de alguma doença grave?
 sim não
- 5.3 Algum membro da família faz uso abusivo de álcool?
 sim não
- 5.4 Algum membro da família faz uso abusivo de crack ou outras drogas (cocaína, maconha, etc)?
 sim não
- 5.5 Existe alguma gestante na família atualmente?
 sim não

6. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

- 6.1 A família, ou algum de seus membros, é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside?
 sim não
- 6.2 A família possui vizinhos que constituam rede de apoio e solidariedade?
 sim não
- 6.3 A família, ou algum de seus membros, participa de grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições que constituam rede de apoio e solidariedade?
 sim não
- 6.4 A família, ou algum de seus membros, participa de movimentos sociais, sindicatos, organização comunitárias, conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para a organização política e defesa de interesses coletivos?
 sim não
- 6.5 Existe alguma criança ou adolescente do grupo familiar que não tem acesso à atividade de lazer, recreação e convívio social?
 sim não